



MINIPÚBLICO

Jovens e Segurança
na Cidade de São Paulo

MINIPÚBLICO: SEGURANÇA PÚBLICA E JOVENS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Caderno de conteúdo

Agosto / 2026

Financiamento:



Realização:



Ficha Técnica

Realização: Delibera, Rede Conhecimento Social, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

Apoio: FIA Business School

Financiamento: FAPESP (Processo nº 23/15272-8)

Equipe Técnica:

Delibera Brasil

Diretoras Executivas: Silvia Cervellini e Fernanda Império

Facilitação: Carol Nascimento

Comunicação: Brendo Hoshington

Rede Conhecimento Social

Diretoria Executiva: Marisa Villi

Diretoria de Projetos: Harika Maia

Coordenação: Cláudia Pessoa

Mobilização: Ana Rita Sbragia e Thomas Cardoso

Comunicação: Karina Hernandez e Ruth Carvalho

Administração: Fabiana Freitas e Lorrana Silvano

CEBRAP

Presidente: Adrian Gurza Lavalle

Pesquisador Responsável: José Veríssimo

Pesquisador: Guilherme Mattas Garcia

Escrita do texto: Cláudia Pessoa

Diagramação: Jéssica Figueiredo

Grupo de Conteúdo:

Arley Topalian - Secretaria de Segurança Pública de São Bernardo do Campo

Bruna Tainá Rodrigues - Instituto Sou da Paz

Danielle Tsuchida - Instituto Sou da Paz

Emmanuel de Oliveira - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)

Felippe Angeli - Justa

Felipe Gonçalves - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)

Gustavo Barreto - Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE)

Izabela Correa - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Poá)

Joana Fontoura - UNICEF / Brasil

Olívia Cristina Perez - Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Paula Marques - UNICEF / Brasil

SUMÁRIO

1 Introdução: O que vamos deliberar?	4
2. Segurança em São Paulo e Atuação das Polícias	6
2.1 Como funciona a atuação policial?	9
3. Contexto da Segurança e atuação das polícias em São Paulo	13
3.1 Qual o impacto disso na vida dos jovens de São Paulo?	21
.....	
4. Possibilidades e pontos de vista sobre atuação da polícia para São Paulo	26
4.1 Práticas de participação política na polícia	26
4.2. Boas práticas desenvolvidas pelas Instituições de Segurança	27



1 Introdução:

O que vamos deliberar?

O que é e como funciona um Minipúblico?

Um Minipúblico é um processo participativo que reúne um grupo de pessoas de uma comunidade, cidade, região ou país, selecionadas por sorteio para discutir um tema de interesse público. Durante o processo, todos recebem as mesmas informações, têm oportunidades iguais de participar das discussões e contam com o apoio de uma equipe de facilitação, responsável por garantir que o diálogo aconteça de maneira respeitosa, equilibrada e organizada.

O funcionamento de um Minipúblico se apoia em três elementos principais:



Sorteio: os participantes são selecionados por sorteio, buscando formar um grupo diverso e representativo das pessoas que serão afetadas pelo tema em discussão.



Informação: antes e durante as deliberações, os participantes recebem informações sobre o tema e têm contato com diferentes especialistas, pesquisadores, gestores públicos, profissionais e pessoas com experiências diversas, para compreender melhor os desafios e as diferentes perspectivas envolvidas.



Deliberação: com base nessas informações e nas próprias experiências de vida, os participantes dialogam, fazem perguntas, avaliam argumentos e constroem recomendações coletivamente, buscando identificar consensos e registrar diferentes pontos de vista quando houver divergências.

O que será deliberado

A segurança pública faz parte da vida de quem mora na cidade de São Paulo. Ela está presente nos deslocamentos, no uso dos espaços públicos, nas relações entre moradores e instituições e também na forma como diferentes pessoas vivenciam a cidade.

A **insegurança** está entre as principais preocupações das juventudes brasileiras. Segundo o Informe Brasil (2025), ela ocupa o **terceiro lugar entre os temas que mais preocupam os jovens**, ao lado de questões como pobreza e desemprego, seguida por violência de gênero, drogas e corrupção. Essa preocupação reflete uma realidade marcada pela violência letal:

Em 2025, a pesquisa “O que pensa a população brasileira sobre segurança pública”, realizada pelo Sou da Paz, informou que **61% dos brasileiros**, especialmente os que moram nas capitais do Sudeste, classificam suas cidades como ‘muito’ ou ‘super violentas’.

Entre 2012 e 2021, cerca de 298 mil jovens foram assassinados no Brasil, dos quais **76% eram negros**, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresentados no Informe Brasil (2025).

Sabemos que Segurança Pública é um tema muito complexo e amplo, por isso precisamos definir um recorte, para que a deliberação do Minipúblico tenha mais chances de influenciar debates e ações.

Sendo assim, neste Minipúblico, o foco das discussões será a atuação das polícias na cidade de São Paulo. Ao longo dos 04 encontros, vocês irão discutir a seguinte pergunta:

Que atuação das polícias queremos para tornar a cidade de São Paulo mais segura para os jovens?

A proposta é construir recomendações a partir do diálogo, da escuta e da análise de diferentes informações e perspectivas. Para isso, vocês terão acesso a um conjunto de conteúdos preparados especialmente para este processo, ouvirão especialistas e pessoas com diferentes experiências sobre o tema e participarão de atividades em grupo, nas quais poderão fazer perguntas, compartilhar opiniões e construir propostas em conjunto.

Como as recomendações serão utilizadas

Ao final do processo, o grupo elaborará um conjunto de recomendações construídas coletivamente, buscando identificar concordâncias e registrar também eventuais divergências quando elas existirem.

As recomendações produzidas pelos participantes serão reunidas em um documento final, a **Carta de Recomendações**, elaborado pela equipe do projeto e validado com o Minipúblico. Esse documento será encaminhado a representantes do poder público, instituições relacionadas à segurança pública, organizações da sociedade civil e outros atores envolvidos no tema.

O objetivo é que as contribuições elaboradas pelos jovens selecionados possam enriquecer o debate público e ajudar na formulação e no aprimoramento de políticas públicas voltadas à segurança na cidade de São Paulo.

2. Segurança em São Paulo e Atuação das Polícias

Sentir-se seguro é uma condição essencial para viver, circular pela cidade, estudar, trabalhar, encontrar amigos e participar da vida em comunidade. Por isso, a segurança, para além de uma preocupação cotidiana, é reconhecida como um direito humano e social.

O que é segurança pública e o direito à segurança?

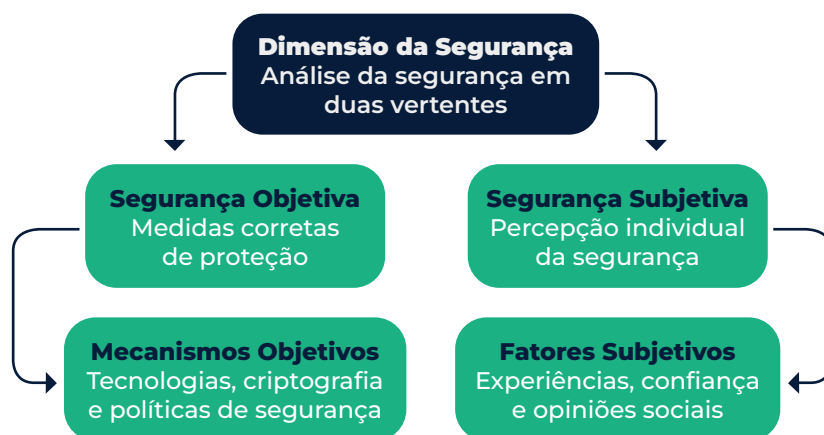
No Brasil, a Constituição Federal define que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (Art. 144), e também faz parte de um conjunto de direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição, ao lado de direitos como educação, saúde, trabalho, moradia, transporte, entre outros.

Na prática, isso significa que **cabe ao poder público criar políticas públicas e serviços** que garantam às pessoas o direito de ir, vir e transitar com tranquilidade nos locais públicos e, também, assegurem a defesa de sua integridade física e de seu patrimônio. O direito à segurança é parte imprescindível do direito à qualidade de vida e do próprio direito fundamental à vida, na medida em que a insegurança traz aumento de violência e perturbação à ordem pública e social.

Nesse contexto, **a atuação das polícias é uma dimensão importante da segurança pública, mas não é a única.** A Constituição atribui responsabilidades a diferentes órgãos policiais (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal), enquanto outras áreas do Estado, como educação, assistência social, saúde, cultura, esporte, mobilidade e urbanismo também contribuem para a prevenção da violência e para a promoção da segurança.

Ao mesmo tempo, as polícias ocupam um papel central no contato cotidiano entre o Estado e a população. São elas que realizam o policiamento ostensivo, atendem ocorrências, investigam crimes, protegem pessoas e patrimônios e atuam em diferentes situações de risco.

Essas duas dimensões estão relacionadas. Embora a sensação de segurança não altere, por si só, as medidas objetivas de proteção existentes, mudanças nas condições de segurança podem influenciar a forma como as pessoas percebem e avaliam o quanto se sentem seguras.



Fonte: Romani e colaboradores (2023)

Direitos digitais e segurança

Quando pensamos em segurança pública, é comum imaginarmos situações que acontecem nas ruas, nos bairros e nos espaços públicos. Porém, para muitas pessoas, especialmente entre os jovens, uma parte importante da vida também acontece no ambiente digital. Redes sociais, jogos online e outras plataformas fazem parte do dia a dia e podem ser espaços de convivência, lazer, aprendizado e, infelizmente, de violência. Por isso, a segurança hoje também envolve a proteção das pessoas no ambiente virtual.

Os direitos digitais são o conjunto de direitos que garantem às pessoas o acesso, o uso, a criação e o compartilhamento de conteúdos e serviços no ambiente digital de forma segura, livre e respeitosa.

Legislação sobre Segurança no ambiente digital	
Legislação	O que estabelece
Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	Define os princípios, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, garantindo que seu uso se baseie no respeito aos direitos humanos, à liberdade de expressão, ao exercício da cidadania e à finalidade social da rede. Esses direitos são uma extensão dos direitos humanos para o ambiente digital.
Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018)	Regula a coleta, o armazenamento e o uso de dados pessoais por empresas e órgãos públicos, garantindo mais controle dos cidadãos sobre suas informações.
ECA Digital (Lei nº 15.211/2025)	Atualiza o Estatuto da Criança e do Adolescente para o ambiente virtual. A norma se aplica a plataformas, aplicativos e outros serviços digitais acessados por crianças e adolescentes no Brasil, independentemente do país onde a empresa esteja sediada. A lei é vista como um marco por estender ao ambiente digital princípios já consolidados no ECA de 1990. Entre suas principais exigências estão: verificação etária, transparência na coleta de dados e medidas contra conteúdos impróprios, exploração comercial, cyberbullying e exposição indevida de menores.

Especialistas consultados pela Agência Pública, como Rafael Zanatta, diretor do Data Privacy Brasil, a respeito do Eca Digital defendem que a previsão de sanções é uma medida regulatória comum e necessária, comparável à fiscalização de outros setores.

Durante a tramitação do projeto (então PL 2628/2022), houve forte oposição de setores políticos e de influenciadores digitais, que passaram a chamá-lo de “PL da Mordaça” ou “PL da censura 2.0”, numa referência ao PL das Fake News (PL 2630/2020). A principal alegação era de que o projeto daria a uma “autoridade nacional” poder para suspender redes sociais inteiras. A campanha contrária ganhou força nas redes sociais, com hashtags nos trending topics de plataformas como X, *Instagram* e *Facebook*.

O direito dos jovens à segurança

O **Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013)** reconhece que a segurança pública é um direito fundamental das pessoas jovens.

“O que diz o Estatuto da Juventude?”

“Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social.” (Art. 37 da Lei nº 12.852/2013).

Além de reconhecer esse direito, o Estatuto propõe uma compreensão ampla da segurança pública. Em vez de restringi-la ao enfrentamento da criminalidade, a legislação determina que as políticas voltadas à juventude devem integrar ações de prevenção da violência, acesso à justiça e proteção de direitos, articulando diferentes áreas do poder público.

Entre as diretrizes previstas no artigo 38 estão a **integração das políticas de segurança com outras políticas voltadas à juventude**, a prevenção da violência, a produção de informações para orientar as políticas públicas, a prioridade para jovens em situação de vulnerabilidade e a ampliação do acesso à Defensoria Pública e à Justiça.

Essa perspectiva reforça que promover segurança para os jovens envolve diferentes instituições e políticas públicas. A atuação das polícias é parte desse esforço, mas também são importantes as políticas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, trabalho e inclusão social, que contribuem para reduzir vulnerabilidades e ampliar oportunidades.

2.1 Como funciona a atuação policial?

A segurança pública é realizada por diferentes instituições, cada uma com responsabilidades específicas. Embora todas tenham o objetivo de proteger a população e fazer cumprir a lei, elas atuam em momentos e situações diferentes. Conhecer as funções de cada uma delas ajuda a compreender melhor como funciona o sistema de segurança pública e quais são os desafios da atuação policial.

Quem é quem? Responsabilidades e funções

POLÍCIA MILITAR (PM):



Os policiais militares (soldados, cabos, sargentos, tenentes, capitães etc.) são os responsáveis por garantir a segurança das pessoas. Por atuarem preventivamente, trabalham via de regra com farda. Eles têm como principal função impedir que um crime ocorra, preservando a ordem nas comunidades, mas também realizam as seguintes atividades:

- Patrulhamento e rondas em espaços públicos;
- Atendimento de ocorrências emergenciais (brigas, assaltos, acidentes);
- Controle de multidões em eventos e manifestações, preservando a ordem pública.

POLÍCIA CIVIL (PC):



A Polícia Civil é responsável por investigar os crimes e reunir as informações necessárias para identificar os autores e esclarecer como os fatos aconteceram. Em geral, sua atuação começa após o registro de uma ocorrência, dando continuidade ao trabalho iniciado pela Polícia Militar quando há atendimento no local do crime.

Principais funções:

- Investigação de crimes e identificação de seus autores;
- Coleta de provas e de informações;
- Condução dos inquéritos policiais;
- Atendimento à população nas delegacias.

POLÍCIA FEDERAL (PF):



A Polícia Federal (PF) é uma instituição policial ligada ao governo federal, e é subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Sua atuação se estende por todo o território nacional, podendo colaborar até mesmo em investigações internacionais. Suas principais funções incluem:

- Fiscalização de fronteiras, portos e aeroportos, combatendo o contrabando, o tráfico de armas, o tráfico humano e outros crimes transnacionais;
- Combate a crimes cibernéticos de grande escala, especialmente aqueles que envolvem redes criminosas ou ameaçam a segurança nacional;
- Combate à corrupção envolvendo recursos federais;
- Controle e emissão de passaporte.

POLÍCIA CIENTÍFICA:



A Polícia Científica é responsável pela produção das provas periciais que auxiliam as investigações. Entre suas atividades estão os exames realizados em locais de crime, a análise de vestígios, exames de DNA, balística, toxicologia e medicina legal. Seu trabalho contribui para esclarecer os fatos por meio de evidências técnicas e científicas.

GUARDA CIVIL METROPOLITANA (GCM):



Atua na área da segurança pública, mas não possui competência para exercer poder de polícia. Trata-se de corpos civis ligados às prefeituras das cidades, e sua missão é a proteção de bens, serviços e instalações municipais, conforme previsto no Art. 144 da Constituição Federal. Em São Paulo, a GCM atua em toda a capital e tem como principais atividades os seguintes programas: Proteção Escolar, Controle do Público, Proteção Ambiental, Proteção aos Agentes Públicos, Proteção ao Patrimônio Público e Proteção às pessoas em situação de risco.

Tipos de serviços nas polícias

O modelo brasileiro de segurança pública distribui as responsabilidades entre diferentes instituições. Em resumo, à **Polícia Militar cabe o trabalho de policiamento ostensivo e, portanto, o contato rotineiro com a população, em situações como patrulhamento, abordagens e prisões em flagrante. À Polícia Civil cabe o trabalho de polícia judiciária, ou seja, a investigação de crimes e o atendimento nas delegacias de polícia.**

Na prática, porém, as atividades das polícias nem sempre acontecem de forma totalmente separada. Em muitas situações, policiais militares coletam informações importantes para o esclarecimento de crimes durante o atendimento de uma ocorrência. Da mesma forma, a Polícia Civil também desenvolve ações que contribuem para prevenir novos crimes, como investigações sobre organizações criminosas, análise de informações de inteligência e cumprimento de mandados judiciais.

O relatório do Instituto Sou da Paz aponta que investigações bem-sucedidas estão associadas a uma resposta rápida da polícia e à “supervisão qualificada e divisão clara de tarefas” nas primeiras 48 horas após o crime. O estudo também destaca experiências em que a mesma equipe acompanha o caso desde a ocorrência até o fim da investigação, contribuindo para preservar informações que poderiam ser perdidas na passagem entre as equipes.

Programas com juventudes como público-alvo

Como vimos, a atuação das polícias é uma dimensão importante da segurança pública, mas não a única. Nos últimos anos, diferentes políticas públicas passaram a reconhecer que reduzir a violência letal contra jovens também exige ações de prevenção, proteção e ampliação de oportunidades. Os programas apresentados a seguir ilustram algumas das estratégias adotadas no Brasil para enfrentar esse desafio:

O **Jovens Defensores Populares**, do Ministério da Justiça e Segurança Pública em parceria com a Fiocruz, forma jovens de 18 a 29 anos moradores de periferias e comunidades tradicionais para atuarem como mobilizadores comunitários, identificando violações de direitos em seus territórios e fortalecendo redes locais de proteção.

A **Estratégia Crescer em Paz**, também do MJSP, reúne 45 ações voltadas à prevenção da violência, do crime e do uso de drogas entre crianças e adolescentes, incluindo o ambiente digital. O programa trabalha tanto a prevenção quanto o acolhimento e a recuperação de jovens que já sofreram violência ou foram expostos a drogas, articulando praticamente todas as secretarias do Ministério.

No campo da proteção a jovens em risco extremo, o **PPCAAM** (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte), presente em São Paulo desde sua adesão ao programa nacional criado em 2003, atua quando crianças e adolescentes, e excepcionalmente jovens de até 21 anos egressos do sistema socioeducativo, estão sob ameaça iminente de morte e os meios convencionais de proteção já se esgotaram. Nacionalmente, o PPCAAM já protegeu mais de 15 mil pessoas desde sua criação.

O **Pronasci Juventude**, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, foca em adolescentes e jovens de 15 a 24 anos em municípios com altos índices de mortes violentas intencionais, muitos deles marcados pela presença de mercados ilegais de drogas. O programa combina acompanhamento multidisciplinar,

oficinas de arte, cultura e esporte, formação profissional pelo Pronatec, auxílio financeiro mensal e estratégias de inclusão produtiva.

Por fim, vale mencionar uma experiência mais antiga, mas que ajudou a consolidar esse campo: o **Eixo de Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens**, realizado pelo Instituto Sou da Paz no âmbito do Pronasci original, que percorreu 90 municípios brasileiros formando gestores públicos e de organizações sociais sobre estratégias de prevenção à violência juvenil, evidenciando desde então que homicídios de jovens, tráfico e drogas, violência doméstica e exploração sexual figuram entre os problemas mais recorrentes apontados pelos próprios profissionais que atuam nesses territórios.

3. Contexto da Segurança e atuação das polícias em São Paulo

A atuação das polícias em São Paulo ocorre em um contexto marcado por diferentes desafios relacionados à violência e à criminalidade. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2026), o estado registrou 3.615 mortes violentas intencionais em 2025, sendo o terceiro com maior número de casos no país, atrás apenas da Bahia e do Rio de Janeiro. Desse total, 2.527 foram vítimas de homicídio doloso, e 835 mortes decorreram de intervenções policiais. Além da violência letal, São Paulo também enfrenta elevados índices de crimes patrimoniais. A cidade de São Paulo concentra 20% de todos os roubos e furtos de celulares registrados no Brasil, embora reúna cerca de 5,6% da população do país, ocupando o terceiro lugar entre as cidades brasileiras com as maiores taxas desse tipo de crime.

De acordo com as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, no primeiro trimestre de 2026, somente na capital, o total de crimes violentos (homicídio doloso, roubo, latrocínio, estupro) registrados nas ocorrências policiais, foi 25.632.

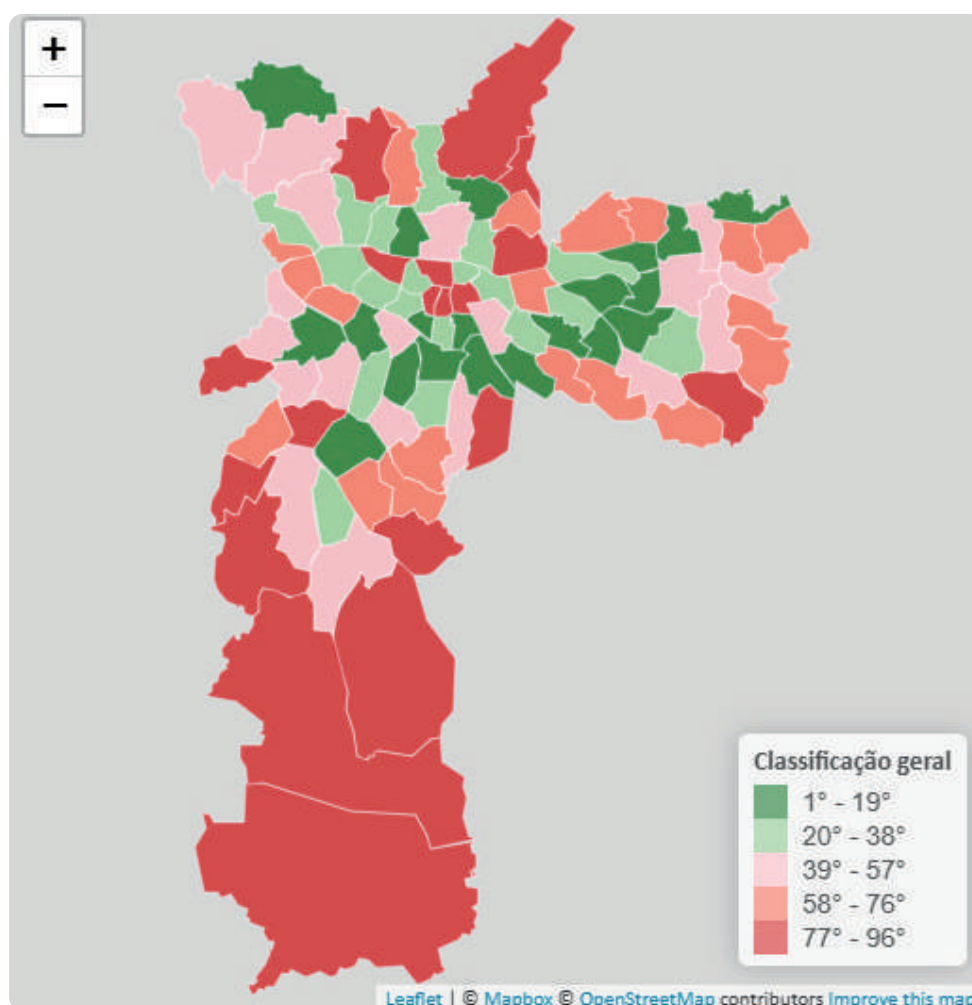


Essas duas dimensões estão relacionadas. Embora a sensação de segurança não altere, por si só, as medidas objetivas de proteção existentes, mudanças nas condições de segurança podem influenciar a forma como as pessoas percebem e avaliam o quanto se sentem seguras.

O Mapa da Desigualdade de São Paulo, elaborado pelo Instituto Cidades Sustentáveis e pela Rede Nossa São Paulo, evidencia essas diferenças ao comparar os 96 distritos da capital em 45 indicadores sociais. No ranking geral, **Moema** apresentou o melhor desempenho, com **75,6 pontos**, enquanto **Brasilândia** ocupou a última posição, com **49,3 pontos**, revelando desigualdades significativas entre os territórios da cidade.

Na área de **segurança pública**, o distrito da **Bela Vista obteve a maior pontuação (94 pontos)**, enquanto **Marsilac registrou o menor desempenho (52,33 pontos)**.

Desempenho da Segurança Pública nos Distritos de São Paulo



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis, 2025.

Esses indicadores mostram como os desafios relacionados à segurança variam entre as regiões da cidade e podem influenciar as experiências e as prioridades de seus moradores.

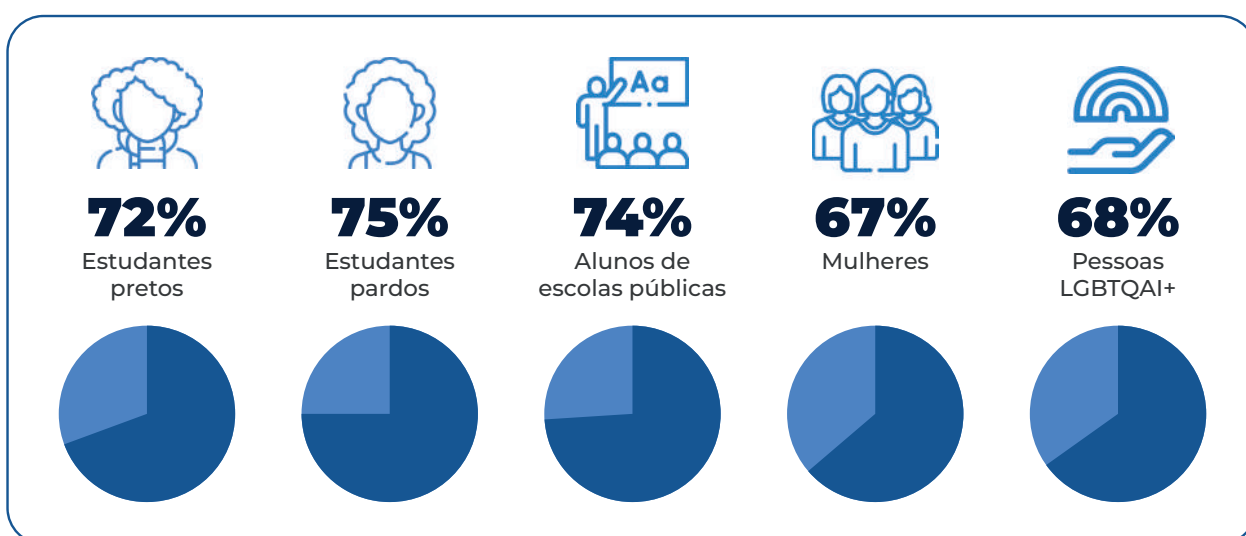
De acordo com dados divulgados pelo Instituto Cidades Sustentáveis e pela Rede Nossa São Paulo (2026), a segurança continua sendo a principal preocupação para 71% dos paulistanos. Seis em cada dez paulistanos consideram o fortalecimento da segurança nos bairros como a política pública mais importante para melhorar a sua qualidade de vida; a melhoria da atenção básica e da saúde de forma geral aparece em segundo lugar, citada por mais da metade dos respondentes.

Frente a esses cenários, as polícias desempenham diferentes funções, que vão desde a prevenção e o atendimento de ocorrências até a atuação integrada com outros órgãos públicos em situações que envolvem proteção de pessoas e garantia de direitos.

Prevenção e atuação em situações de violência contra mulher e violência escolar

A segurança da comunidade escolar é um tema de grande relevância para a educação e para a sociedade, pois envolve a proteção dos direitos humanos, a promoção da cidadania e a prevenção da violência. Nesse contexto, o policiamento escolar é uma das estratégias adotadas pelo poder público para garantir um ambiente escolar seguro e propício ao ensino e à aprendizagem.

Segundo o relatório “Violências no cotidiano de adolescentes - consulta participativa de opinião”, produzido pelo Comitê Paulista de Prevenção de Homicídios na Adolescência em parceria com a Rede Conhecimento Social, **65% dos adolescentes e jovens relatam sentir-se inseguros ou muito inseguros nas escolas. De acordo com o estudo**, esta percepção é mais elevada entre:



Em São Paulo, tanto a Polícia Militar quanto a Guarda Civil Metropolitana mantêm programas específicos voltados à proteção da comunidade escolar, atuando em parceria com as redes de ensino. No âmbito estadual, a **Polícia Militar (PMESP)** desenvolve o **Programa de Policiamento Escolar**, realizado por meio da **Ronda Escolar**. Os policiais responsáveis pelo programa realizam rondas periódicas nas escolas de sua área de atuação, buscando prevenir situações de violência, atender ocorrências e contribuir para a segurança da comunidade escolar e de seu entorno.

A **Guarda Civil Metropolitana (GCM)** também desenvolve ações voltadas à proteção das escolas por meio do **Programa de Proteção Escolar**. Nesse programa, a intensidade do policiamento é definida a partir da análise dos índices de vulnerabilidade de cada unidade escolar. As ações podem incluir rondas motorizadas, permanência de viaturas em horários considerados mais críticos e, nas escolas classificadas como prioritárias, policiamento fixo.

Além da proteção de estudantes e profissionais da educação, o programa busca prevenir furtos, depredações e outros danos ao patrimônio escolar. Embora esses programas representem estratégias importantes para ampliar a segurança nas escolas, sua implementação também enfrenta desafios. Dentre eles estão a escassez de recursos humanos e materiais para atender à demanda de policiamento nas mais de 20 mil escolas estaduais e municipais existentes no Estado, a necessidade de capacitação e atualização dos policiais militares que atuam na Ronda Escolar e a dificuldade de integração e articulação entre os órgãos responsáveis pela segurança escolar.

Além da segurança no ambiente escolar, as instituições de segurança pública também atuam na prevenção e no enfrentamento da violência contra a mulher. Trata-se de um dos principais desafios da segurança pública no Brasil e no estado de São Paulo, exigindo a atuação articulada entre polícias, sistema de justiça, serviços de saúde, assistência social e redes de apoio às vítimas.

Segundo o relatório *Elas Vivem* (2026), da Rede de Observatórios da Segurança, São Paulo vive o momento mais delicado da escalada da violência de gênero dos últimos seis anos. Entre 2020 e 2025, foram registrados **5.881 casos de violência de gênero** no estado, sendo que, desde 2023, o número anual supera mil ocorrências. Apenas em 2025, foram contabilizados **1.065 casos**, entre os quais se destacam 173 feminicídios, 191 registros de violência sexual, 228 mortes de mulheres (considerando feminicídios e homicídios) e 553 tentativas de feminicídio e agressões físicas.

Na cidade de São Paulo, uma das iniciativas voltadas à proteção das mulheres em situação de violência é o **Programa Guardiã Maria da Penha**, coordenado pela Inspetoria de Defesa da Mulher e Ações Sociais (IDMAS), da Guarda Civil Metropolitana (GCM). O programa acompanha mulheres em situação de violência doméstica, especialmente aquelas que possuem medidas protetivas, por meio de visitas periódicas, escuta ativa e monitoramento das condições de segurança.

Em 2025, **5.899 mulheres** foram incluídas no programa. O acompanhamento é

realizado por equipes especializadas, com apoio de 23 viaturas e 165 agentes, além de ferramentas como o Aplicativo da Mulher, que permite o acionamento da Guarda em situações de emergência. O município também utiliza o sistema de videomonitoramento Smart Sampa, empregado no atendimento de ocorrências em tempo real, inclusive em casos de violência contra a mulher.

Atuação da polícia na rede de proteção social

A atuação das polícias envolve tanto ações de prevenção e enfrentamento ao crime, quanto atividades articuladas à rede de proteção social. Em muitos casos, policiais são os primeiros agentes do Estado a atender pessoas em situação de vulnerabilidade e, por isso, podem realizar encaminhamentos para outros órgãos responsáveis pela proteção e garantia de direitos.

Essa atuação ocorre, por exemplo, em situações de violência doméstica e familiar, desaparecimento de pessoas, violência contra crianças e adolescentes, conflitos familiares, atendimento a pessoas em sofrimento psíquico, população em situação de rua e outras ocorrências que demandam respostas de diferentes instituições.

Nesses casos, o trabalho das polícias pode ser articulado com serviços de saúde, assistência social, educação, conselhos tutelares, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil. Essa integração busca oferecer respostas mais amplas às situações de violência e vulnerabilidade, reconhecendo que muitos problemas de segurança pública também envolvem questões sociais, econômicas e de saúde.

Uso de tecnologias: câmeras corporais, monitoramento e reconhecimento facial

“Em fevereiro de 2025, durante uma operação no bairro Cangaíba, na Zona Leste de São Paulo, dois policiais militares torturaram jovens já rendidos para obter informações sobre locais de armazenamento de drogas. A condenação dos agentes pela Justiça Militar, em 2026, só foi possível porque as câmeras corporais registraram as agressões, contrariando a versão apresentada pelos policiais.”

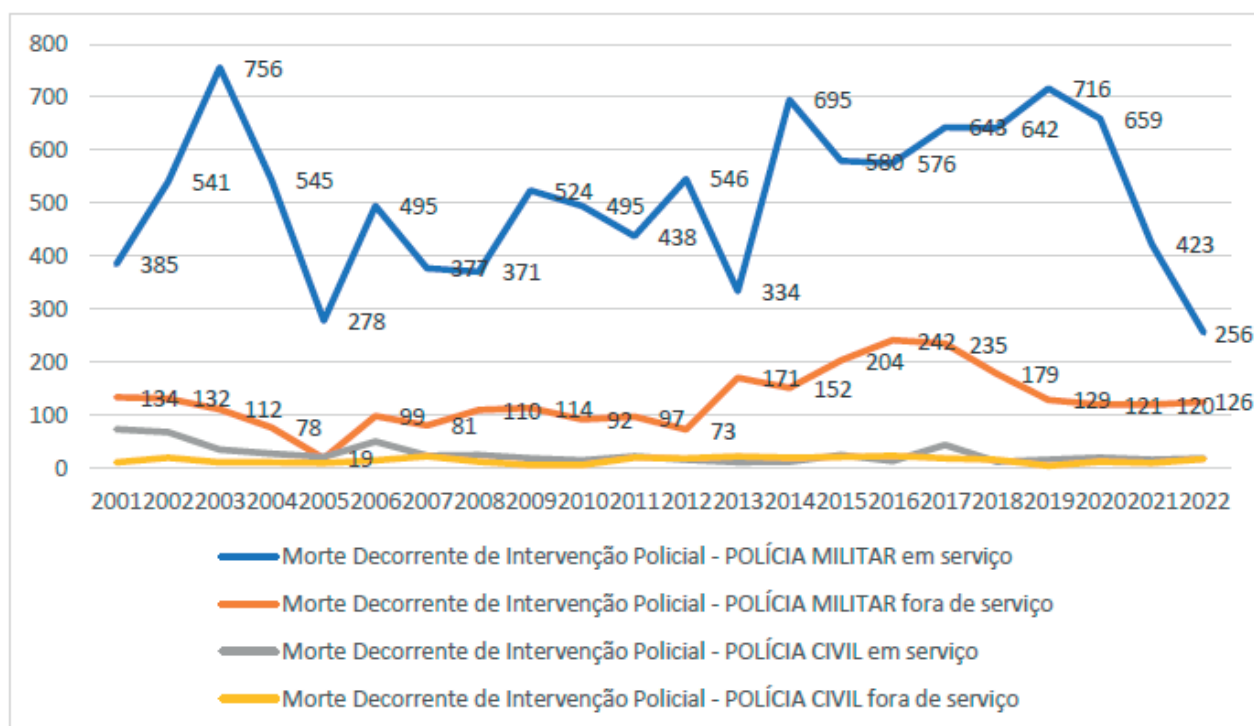
“Entre novembro de 2024 e maio de 2025, 82 pessoas foram conduzidas a delegacias e posteriormente liberadas em razão de inconsistências em mandados de prisão, falhas cadastrais ou falsos positivos no reconhecimento facial.”

A adoção de câmeras corporais (*bodycams*) por forças policiais tem se consolidado como uma das principais tecnologias de monitoramento no campo da segurança pública. No Brasil, São Paulo e Santa Catarina foram pioneiros, seguidos por Rondônia e, mais recentemente, Rio de Janeiro.

Historicamente, o problema da letalidade policial é associado à ação da Polícia Militar, a quem cabe, como vimos, o trabalho de policiamento ostensivo e, portanto, o contato rotineiro com a população, em situações como abordagens e prisões em flagrante.

Para se ter uma ideia da escalada da letalidade policial provocada por policiais militares em serviço, no primeiro semestre de 2018 a média mensal de mortes era 53, passou a 59 no primeiro semestre de 2019 e para 72 no primeiro semestre de 2020. O gráfico abaixo apresenta a série histórica das mortes por intervenções policiais envolvendo policiais Civis e Militares nas últimas décadas.

Mortes decorrentes de intervenções policiais, em serviço e fora, PM e PC, no Estado de São Paulo.



Fonte: Resolução SSP-516/00; Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Em média, no período apresentado, 93,4% de todas as mortes provocadas em intervenções policiais resultaram da ação de policiais militares, a maioria delas em ocorrências em serviço. Ao longo de 22 anos, 15.035 pessoas foram vítimas de ações de policiais no Estado.

Em abril de 2020, o maior número de pessoas mortas em intervenções de policiais militares foi registrado em São Paulo, com 102 vítimas, crescimento de 43,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando 71 pessoas tinham sido mortas.

É neste contexto de alta das mortes em intervenções policiais, e sob a pressão política da ação civil pública que medidas de monitoramento passam a ser criadas. Adotado a partir de agosto de 2020 pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), o Programa Olho Vivo contempla a implantação das câmeras operacionais portáteis (COP) nos uniformes dos policiais em 62 batalhões de policiamento ao longo de dois anos.

Os dados mais recentes mostram que as mortes decorrentes de intervenções policiais permanecem como um tema relevante na segurança pública paulista. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026, em 2025 foram registradas **700 mortes decorrentes de intervenções de policiais militares em serviço** no estado de São Paulo, **51 a mais do que em 2024**. No mesmo período, também foram registradas **14 mortes decorrentes de intervenções de policiais civis em serviço**.

Os defensores da tecnologia destacam efeitos relevantes: pesquisas acadêmicas (FGV/USP e Universidade de Warwick) indicam reduções expressivas no uso da força letal, da ordem de 57% em São Paulo. Além de aumento nos registros de denúncias de violência doméstica, o que sugere maior confiança das vítimas em denunciar. O monitoramento constante também é associado ao chamado “efeito de observação”: tanto cidadãos quanto policiais tendem a agir de forma mais conforme às regras quando sabem que estão sendo filmados, reduzindo desacatos, resistência à prisão e reclamações infundadas contra agentes.

Por outro lado, algumas limitações são apresentadas. Uma delas é a privacidade: a gravação contínua de turno completo pode captar conversas e situações da vida privada dos policiais, o que exigiu, na experiência paulista, classificar esses vídeos como “restritos” e removê-los do som, para evitar uso indevido como perseguição funcional ou vigilância excessiva. Outro ponto de atenção é o risco de rejeição interna: os policiais da linha de frente tendem a associar as câmeras a fiscalização disciplinar, o que exige estratégias específicas de comunicação para não gerar resistência.

Impactos no cotidiano: quais argumentos costumam ser apresentados a favor e quais críticas aparecem no debate sobre a atuação das polícias.

A insegurança e o medo fazem parte da rotina e moldam a vida da maioria dos brasileiros. De acordo com o relatório “Brasil em ação pela paz”, do Instituto Sou da Paz, 94% da população reconhece a presença da violência na cidade onde vive, metade evita sair à noite e um terço evita o uso de celular na rua, como forma de autoproteção. A falta de segurança gera profunda inquietação e passou a ser a principal demanda das cidadãs e cidadãos, à frente de temas como a saúde e a economia. Apesar da melhora de alguns indicadores, o Brasil ainda está distante de um cenário seguro, com mais de 44 mil mortes violentas por ano.

O debate público sobre como enfrentar esse cenário se organiza em torno de algumas diferentes frentes.

Investigação e Inteligência

Um dos desafios da segurança pública no Brasil é a baixa taxa de elucidação de crimes. De acordo com o Diagnóstico sobre a Investigação de Homicídios no Brasil, do Instituto Sou da Paz, entre 2020 e 2023, apenas cerca de **40% dos homicídios dolosos** resultaram em denúncia criminal. Os resultados variam significativamente entre os estados: enquanto Goiás alcançou **86%** de elucidação, o Rio Grande do Norte registrou **9%**. São Paulo obteve uma média de **40%**. O estudo aponta que a rápida abertura de inquéritos por prisão em flagrante está entre os fatores mais associados ao esclarecimento dos crimes.

O debate sobre como ampliar a capacidade investigativa envolve propostas como o investimento em perícia, a integração de bancos de dados entre as diferentes polícias, o uso de tecnologias de inteligência e a valorização das carreiras investigativas. Alguns estados adotaram iniciativas nessa direção, como a continuidade das equipes responsáveis pelos casos, a criação de indicadores de elucidação e o uso de ferramentas de análise de dados. Em âmbito nacional, o Ministério da Justiça instituiu, em 2026, o **Índice Nacional de Elucidação de Homicídios, indicador oficial e comparável entre estados que avalia o desempenho das polícias nesse quesito**. Também foram criados o Banco Nacional de Perfis Genéticos, que integra dados de DNA entre laboratórios estaduais para cruzar vestígios de crimes e identificar autores e desaparecidos, e um Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio.

Policciamento comunitário e proximidade

Uma outra frente do debate defende que a legitimidade e a eficácia da polícia dependem da presença constante e da confiança da população, e não apenas de ações repressivas. Modelos como policiamento comunitário partem da premissa de que a cooperação da comunidade é fundamental para prevenir crimes. Na parte final deste caderno, são apresentadas algumas das iniciativas operadas em São Paulo.

Uso da força e letalidade policial

Entre algumas críticas apresentadas sobre a atuação das polícias está a preocupação com o uso excessivo da força e seus impactos sobre a confiança da população nas instituições de segurança pública. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 51% da população brasileira afirma ter mais medo do que confiança nas polícias. Um dado que, segundo o relatório do Sou da Paz, evidencia como a violência policial pode comprometer a legitimidade da atuação policial.

A letalidade policial ocupa um lugar central nos debates sobre segurança pública. Em média 16 pessoas morrem por dia em intervenções policiais no Brasil, chegando a representar cerca de 30% do total de mortes violentas em algumas cidades, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O boletim *Pepe Alvo: Mortes que Revelam um Padrão*, publicado pela Rede de Observatórios da Segurança, destaca que essas mortes atingem de forma desigual determinados grupos:

Em 2023, **agentes de segurança pública mataram 4.025 pessoas no Brasil**, das quais **2.782 eram negras**, e 243 eram **crianças e adolescentes** entre 12 e 17 anos.

No estado de São Paulo, o número de mortes provocadas por intervenções policiais aumentou 21,7% entre 2022 e 2023, sendo **66,3% das vítimas negras e 52,3% com idade entre 12 e 29 anos**, aumento que o boletim relaciona a mudanças na política estadual de segurança pública a partir de 2023, como a redução de investimentos em prevenção e o uso de câmeras corporais. Somente em 2025, foram registradas **700 mortes decorrentes de intervenções de policiais militares em serviço (Anuário de Segurança, 2026)**.

Por outro lado, especialistas ligados ao Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP), argumentam que o debate costuma dar mais visibilidade à violência praticada por policiais do que à violência sofrida por eles, o que pode contribuir para uma percepção negativa sobre as instituições policiais e dificultar o reconhecimento do serviço prestado por esses profissionais.

Entre 2017 e 2025, 2.757 profissionais de segurança pública morreram de forma violenta no país, a maioria policiais militares (2.136). Os maiores números foram registrados no Rio de Janeiro e em São Paulo (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública/MJSP).

Um caso recente ilustra a tensão entre essas visões: em 2025, chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a discussão sobre a Lei Estadual nº 11.003/2025 do Rio de Janeiro, que criou uma gratificação para policiais civis por ocorrências como apreensão de armas de grande calibre e “neutralização de criminosos”, medida que ficou conhecida como “Gratificação Faroeste”. Seus defensores argumentam que o termo abrange formas de atuação policial já previstas em lei. Já os críticos temem que o incentivo financeiro estimule o aumento da letalidade policial.

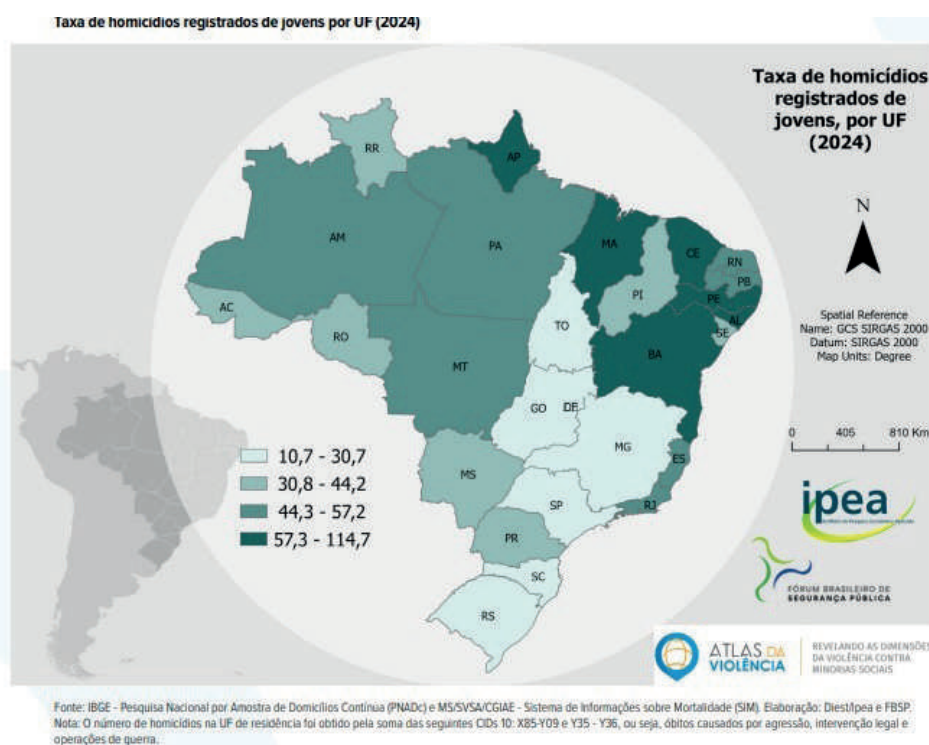
3.1 Qual o impacto disso na vida dos jovens de São Paulo?

Principais dados sobre violência envolvendo jovens em São Paulo

O Brasil é um país formado por jovens: são 48.5 milhões de pessoas de 15 a 29 anos, ou seja, um quarto da sociedade brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Ao mesmo tempo, a juventude está desproporcionalmente exposta à violência letal e não letal. Anualmente, cerca de 193 mil jovens morrem violentamente no mundo, sendo os homicídios de jovens entre 15 e 29 anos responsáveis por cerca de 40% das mortes violentas globais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), para cada jovem morto, muitos sobrevivem com ferimentos graves que geram sequelas permanentes, afetando seu desenvolvimento psicológico, educacional e social. No Brasil, de 2014 a 2024, 301.825 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados, cerca de 75 por dia.

Em 2024, 19.801 jovens tiveram suas vidas interrompidas, com taxa de 42,2 homicídios por 100 mil habitantes. Do total de jovens mortos em 2024, 18.545 eram homens, com taxa de homicídios de 78,0 por 100 mil, quase o dobro da taxa geral. Diariamente, dos 54 jovens mortos, 51 são homens, evidenciando o risco desproporcional de morte por homicídios para jovens do sexo masculino.

Taxa de homicídios registrados de jovens por UF (2024)



Fonte: IPEA. Atlas da Segurança, 2026.

Os dados de **notificações de violência sexual** por faixa etária revelam um padrão consistente e preocupante de crescimento ao longo do período analisado. O aumento é especialmente expressivo entre crianças de 0 a 4 anos, cujos registros passaram de **1.671, em 2014, para 7.845, em 2024**, um crescimento superior a quatro vezes (Atlas da Segurança, 2026).

A violência sexual também apresenta a maior desigualdade entre os sexos: **86,9% das vítimas são meninas e 13,1% são meninos**, indicando uma forte relação com desigualdades de gênero. Esse padrão também aparece na violência psicológica, em que **62,9% das vítimas são meninas**, enquanto na violência física a distribuição é mais equilibrada, com 52,4% das vítimas do sexo feminino.

Embora o número de homicídios de adolescentes de 15 a 19 anos tenha caído de 10.348, em 2014, para 4.570, em 2024, uma redução superior a 50%, houve um aumento de mais de 10% entre 2023 e 2024. O Brasil registrou, em média, quase **14 assassinatos de crianças e adolescentes por dia**, em 2024 (Atlas da Segurança, 2026).

Além disso, de acordo com relatório da UNICEF e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que, entre 2022 e 2024, o estado de São Paulo registrou um aumento de 120% nas mortes de crianças e adolescentes decorrentes de intervenções policiais. O crescimento ocorreu no mesmo período em que foram realizadas mudanças nos protocolos de uso das câmeras corporais e em outros mecanismos de controle da atividade policial. Em números absolutos, 77 crianças e adolescentes de 10 a 19 anos morreram em intervenções policiais em 2024, mais que o dobro das 35 vítimas registradas em 2022. Considerando todas as mortes violentas de crianças e adolescentes no estado, 34% ocorreram em intervenções policiais, o que significa que uma em cada três mortes violentas intencionais nessa faixa etária teve essa causa.

“O digital é real”: Percepção sobre os impactos das atividades digitais no direito dos jovens

Apesar de chamarmos a internet de “mundo virtual”, ela faz parte do mundo real e como tal também traz alguns perigos: existem sites, pessoas e redes criminosas que podem enganar, seduzir ou induzir crianças e adolescentes a acessar conteúdos inadequados, como pornografia, incluindo a infanto-juvenil (Childhood Instituto, 2012).

Entre as formas de violência que ganharam maior visibilidade está o **cyberbullying**, caracterizado pela intimidação, humilhação ou perseguição realizada por meio de tecnologias digitais. Em 2024, a **Lei nº 14.811** passou a prever punições específicas para a intimidação sistemática (bullying) e para a intimidação sistemática virtual (cyberbullying), fortalecendo os instrumentos de proteção de crianças e adolescentes

Segundo o **Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2026)**, em **2025** foram registradas **5.226 ocorrências de bullying e cyberbullying** envolvendo vítimas de **0 a 17 anos**. Entre jovens de **18 e 19 anos**, foram contabilizados **55 registros criminais de cyberbullying** no país, dos quais **08 ocorreram no estado de São Paulo**. Considerando apenas crianças e adolescentes, o estado registrou **144 ocorrências**.

Esses dados mostram que a segurança dos jovens também envolve o ambiente digital. Situações vividas on-line podem produzir consequências no cotidiano presencial, assim como conflitos iniciados na escola, na vizinhança ou em outros espaços de convivência podem se estender para as redes sociais.

Você sabia?

1 a cada 3 autores de crimes relacionados a material de abuso sexual infantil, no ambiente virtual, é adolescente. (Anuário de Segurança, 2026)

Como as juventudes percebem a segurança pública

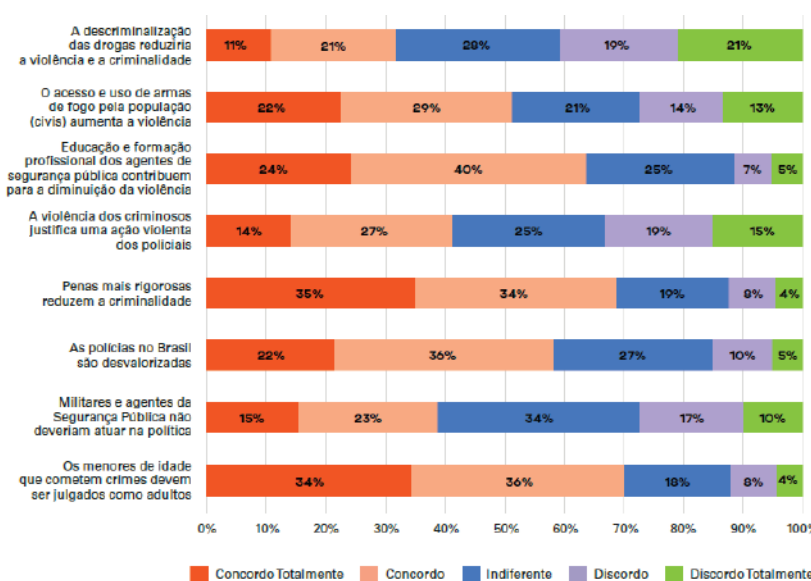
A insegurança e o medo fazem parte da rotina e moldam a vida da maioria dos brasileiros. Pesquisas demonstram que 94% da população reconhece algum grau de violência na cidade onde vive, mais da metade (53%) evita sair à noite e um terço (31%) evita o uso de celular na rua, como forma de autoproteção. A segurança pública também aparece como a principal preocupação dos brasileiros, à frente de temas como saúde e economia.

Entre as juventudes, esse tema ocupa um lugar de destaque. Segundo o relatório **Juventudes: Um Desafio Pendente**, da Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES Brasil), a violência afeta de forma intensa a vida dos jovens brasileiros. Entre **2012 e 2021, 298 mil jovens foram assassinados no país**, sendo **76% deles negros** (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). As jovens mulheres se mostram mais sensíveis às desigualdades, com 65% destacando a importância de políticas de saúde, educação e combate à pobreza.

A percepção sobre as instituições de segurança também varia entre diferentes grupos de jovens. 36% dos jovens negros demonstram uma confiança baixa ou muito baixa nas polícias, enquanto o índice é de 30% entre brancos. A descrença na Justiça também é maior entre pretos e pardos: 35% dedicam uma confiança alta ou muito alta a ela, ao passo que esse indicador entre jovens brancos é de 39%.

Além da percepção nas instituições, juventudes também possuem opiniões diversas sobre as estratégias de segurança pública. O gráfico a seguir apresenta como os jovens brasileiros avaliam diferentes propostas e afirmações relacionadas à atuação das polícias e ao enfrentamento da violência.

A percepção das juventudes brasileiras sobre segurança pública



Fonte: Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES Brasil), 2025.

Experiências dos jovens com as polícias

Os momentos de contato entre jovens e policiais acontecem em diferentes situações do cotidiano, como abordagens em espaços públicos, atendimento de ocorrências, registro de boletins de ocorrência, fiscalização, operações policiais e ações desenvolvidas em escolas e comunidades. Essas experiências podem influenciar a forma como os jovens percebem as instituições de segurança pública. Ao analisar a relação entre jovens e policiais, a socióloga Rachel Paula de Souza Machado (2017) identificou que a abordagem policial é um dos principais momentos de interação entre esses grupos.

Essa constatação também aparece em pesquisas realizadas em São Paulo. Um levantamento conduzido pelo Comitê Juventude e Resistência, em parceria com a Diretoria Regional de Educação do Campo Limpo, zona sul de São Paulo, ouviu 700 estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entre eles, 407 (quase 60%) relataram já ter passado por uma abordagem policial, conhecida popularmente como “enquadro”. Desses, 332 classificaram a abordagem como pouco respeitosa ou violenta, e 116 afirmaram ter sofrido consequências físicas e psicológicas após essas experiências.

Casos individuais também fazem parte desse debate. Em 2024, dois adolescentes de 14 anos foram agredidos por policiais militares durante uma abordagem na Zona Leste de São Paulo. As agressões foram registradas por câmeras corporais utilizadas pelos próprios agentes e deram origem a uma investigação judicial (Portal de Notícias G1 São Paulo).

Considerando os desafios acima, a cartilha “Polícia e Juventude” (Instituto Sou da Paz, 2010) aponta um caminho complementar às denúncias: a construção ativa de uma nova relação entre os dois grupos, com a juventude como sujeito - e não apenas objeto - das políticas de segurança.

A cartilha destaca que os jovens ainda ocupam pouco espaço nos debates sobre segurança pública e defende que sejam reconhecidos como protagonistas na formulação de propostas. Entre as recomendações estão a ampliação de espaços de participação, a aproximação entre jovens e agentes de segurança e o acesso à informação sobre direitos e sobre o funcionamento das polícias.

4. Possibilidades e pontos de vista sobre atuação da polícia para São Paulo

4.1 Práticas de participação política na polícia

A legislação e a organização da segurança pública em São Paulo preveem diferentes mecanismos de participação e diálogo entre a sociedade e as instituições de segurança. Esses instrumentos possuem objetivos distintos e podem ser utilizados para apresentar demandas, acompanhar políticas públicas, registrar manifestações e discutir questões relacionadas à segurança nos territórios.

- **Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs):** espaços organizados por bairro ou região, que reúnem moradores, comerciantes, lideranças locais e representantes das polícias Civil e Militar, com o objetivo de identificar problemas de segurança no território, propor ações preventivas e acompanhar os resultados obtidos. Constituem um dos formatos mais tradicionais de participação política direta da população nas decisões de policiamento local.
- **Ouvidoria da Polícia:** órgão autônomo que recebe denúncias, reclamações, sugestões e elogios relativos à atuação policial, funcionando como canal institucional de controle externo e de escuta social, contribuindo para a responsabilização (*accountability*) e para o aperfeiçoamento de protocolos de atuação.
- **Comissões e comitês interinstitucionais de composição mista:** Como exemplo a Comissão Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no âmbito do Sistema SP Mulher, que reúne representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e entidades da sociedade civil, permitindo que atores externos à estrutura policial influenciem a formulação, o monitoramento e a comunicação das políticas públicas de segurança.
- **Audiências públicas e consultas públicas:** mecanismos de participação ampliada, utilizados especialmente na construção e revisão de planos estaduais de segurança, possibilitando que a população contribua com subsídios para a formulação das políticas.
- **Parcerias com entidades do terceiro setor e academia:** viabilizando estudos científicos, diagnósticos territoriais e avaliação de impacto das ações policiais sob perspectiva técnica e independente, o que qualifica o debate público sobre segurança.

4.2. Boas práticas desenvolvidas pelas Instituições de Segurança

Além das atividades tradicionais de policiamento, diferentes órgãos de segurança pública, estaduais e federais, vêm desenvolvendo programas voltados à prevenção da violência, à proteção de grupos vulneráveis e ao fortalecimento da relação entre polícia e comunidade.

Programa Guardiã Maria da Penha:

Criado pelo Decreto Municipal nº 55.089/2014, o Programa Guardiã Maria da Penha é desenvolvido pela Guarda Civil Metropolitana em parceria com a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres.

Seu objetivo é acompanhar mulheres protegidas por medidas previstas na Lei Maria da Penha, monitorar o cumprimento dessas medidas, prevenir novas situações de violência e oferecer acolhimento humanizado, orientação e encaminhamento para a rede municipal de atendimento. O programa busca enfrentar diferentes formas de violência contra as mulheres, como violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

Programa Guardiões da Infância:

Desenvolvido pela Polícia Federal, o Programa Guardiões da Infância tem como foco a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente nos ambientes digitais.

Policiais federais voluntários realizam palestras e atividades educativas em escolas e outras instituições, orientando estudantes, famílias, educadores e profissionais da rede de proteção sobre o uso seguro da internet, identificação de situações de risco e formas de prevenção da violência. A iniciativa reforça a importância da informação e da construção de redes de proteção antes que situações de violência aconteçam.

Policiamento comunitário:

Outra estratégia adotada em São Paulo é o Policiamento Comunitário, uma filosofia de atuação baseada na aproximação entre policiais e comunidade. Seu objetivo é fortalecer o diálogo, conhecer melhor os problemas de cada território e desenvolver soluções em parceria com moradores, comerciantes, escolas e organizações locais.

Destaca-se o Programa Vizinhança Solidária (PVS), desenvolvido pela Polícia Militar. O programa incentiva a organização dos moradores para identificar problemas do bairro, compartilhar informações, promover ações preventivas e estabelecer canais permanentes de comunicação com a polícia. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, atualmente existem mais de 600 núcleos do Programa Vizinhança Solidária distribuídos pelo Estado de São Paulo. Na capital, diferentes batalhões desenvolvem visitas comunitárias e ações preventivas em áreas identificadas com maior incidência de ocorrências.

Os mecanismos de participação e as iniciativas apresentadas neste capítulo ilustram algumas das formas pelas quais as instituições de segurança pública podem atuar em conjunto com a sociedade na prevenção da violência, na proteção de grupos vulneráveis e na construção de soluções para os desafios da segurança pública.

Esses exemplos não esgotam as possibilidades de atuação das polícias, mas oferecem referências que podem contribuir para a reflexão sobre a pergunta que orienta este Minipúblico: **que atuação das polícias queremos para tornar a cidade de São Paulo mais segura?**





MINIPÚBLICO

Jovens e Segurança
na Cidade de São Paulo